

O presente aviso rectificativo reporta ao anúncio de concurso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 2 de Abril de 2007.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 14/05/2007.

14 de Maio de 2007. — O Administrador, *António Arménio Vaz Serra Pacheco*.

2611015340

ANA — AEROPORTOS DE PORTUGAL, S. A.

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:
ANA — Aeroportos de Portugal, S. A.
Endereço postal:
Rua D — Edifício 120.
Localidade:
Aeroporto de Lisboa/Lisboa.
Código postal:
1700-009.
País:
Portugal.
Pontos de contacto:
Centro de Serviços Partilhados.
Telefone:
(351) 218413500.
Fax:
(351) 218445202.
Endereços internet
Endereço geral da entidade adjudicante:
www.ana.pt

SECÇÃO IV: PROCESSO

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.8) Condições de abertura das propostas:
Data: 14/06/2007.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.3) OUTRAS INFORMAÇÕES

No âmbito do concurso público n.º 10/CSP/2007 — Fornecimento de viatura lavadora e aspiradora para limpeza da área de movimento do Aeroporto de Lisboa, vem-se rectificar o anúncio enviado para o *Jornal Oficial da União Europeia* a 13 de Abril de 2007, publicado a 17 de Abril de 2007 com a referência 2007/S 74-090637, e o anúncio n.º 2611006082, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 80, de 24 de Abril de 2007.

Mais se informa que foram prestados esclarecimentos relativamente ao concurso indicado, estando disponíveis para consulta no Centro de Serviços Partilhados.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 15/05/2007.

15 de Maio de 2007. — O Director do Centro de Serviços Partilhados, *Daniel Coutinho*.

2611015400

CENTRO DE APOIO SOCIAL DA CARREGUEIRA

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:
Centro de Apoio Social da Carregueira.
Endereço postal:
Rua do Algaz, 1.
Localidade:
Carregueira.
Código postal:
2140-677.
País:
Portugal.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

a) Obras:
Execução.
Principal local de execução: freguesia de Carregueira, concelho de Chamusca.
Código NUTS: PT185.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

Trata-se do concurso para a realização da empreitada de lar para 50 idosos na freguesia de Carregueira.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.3) OUTRAS INFORMAÇÕES

O presente anúncio rectifica o concurso público «Lar de Idosos da Carregueira», publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2007, de p. 12 408 a p. 12 410.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 15/05/2007.

15 de Maio de 2007. — O Presidente da Direcção, *Duarte Mendes Trindade Arsénio*.

2611015395



PARTE J

ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DO TORTOSENDO

Anúncio (extracto) n.º 3064/2007

Certifico que, por escritura de hoje, exarada a fl. 19 do livro de notas n.º 79-P do cartório a cargo do notário Joaquim Mendes Sequeira, foi constituída a Associação de Caça e Pesca do Tortosendo, com sede na Calçada das Pontes, 25, freguesia de Tortosendo, concelho da Covilhã, e tem por fim o ordenamento cinegético com a gestão e criação de zonas de caça municipais, associativas e turísticas, concessão de pesca desportiva e ainda o desporto relacionado com a caça e pesca. Há quatro categorias de sócios: fundadores, efectivos, de honra e honorários. Perdem a qualidade de sócios: os que se demitiram perante carta dirigida à direcção; os que não pagarem as quotas durante três meses consecutivos; os que atentarem contra os fins da Associação e os que infringirem gravemente os seus deveres de sócios e sejam declarados indesejáveis pela direcção. Da pena de suspensão cabe recurso para a assembleia geral. São órgãos da Associação: a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme.

15 de Março de 2007. — O Notário, *Joaquim Mendes Sequeira*.
2611015173

ASSOCIAÇÃO PARA O CENTRO DE INCUBAÇÃO DE BASE TECNOLÓGICA DO MINHO

Anúncio (extracto) n.º 3065/2007

Certifico que, por escritura de 1 de Março de 2007, lavrada a fls. 41 e seguintes do livro de notas para escrituras diversas n.º 25 do notário privativo da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, cujo cargo de notário privativo é exercido pelo chefe de divisão Administrativa e Financeira da mesma Câmara, Faustino Gomes Soares, foi constituída uma associação, sem fins lucrativos, com a denominação de Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica do Minho, com sede no Centro de Formação e Exposições de Arcos de Valdevez, no lugar de Veiga, freguesia de Guilhadezes, concelho de Arcos de Valdevez, constituindo o seu objecto social a construção, gestão e exploração do Centro de Incubação de Base Tecnológica sito na freguesia de Guilhadezes, concelho de Arcos de Valdevez, bem como a criação de condições para o desenvolvimento de planos de negócios de empresas e para o acolhimento de projectos de investigação e desenvolvimento (I & D), designadamente de empresas de base tecnológica que fomentem e propaguem a inovação no seio da actividade económica do concelho.

A Associação constituída reger-se-á pelos estatutos que constam de documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do Código do Notariado.

Dos respectivos estatutos, no seu artigo 5.º consta que:

«A Associação é composta por três categorias de associados:

- a) Fundadores — são os associados que participem no acto de constituição da Associação;
- b) Titulares — são todas as pessoas singulares ou colectivas que, interessadas em contribuir para o objecto da Associação, se inscrevam e sejam admitidas pela direcção;
- c) Honorários — são os indivíduos ou colectividades que a assembleia geral da Associação estime merecedores desta distinção, ficando isentos do pagamento de quotas.»

O artigo 9.º estabelece que cessa a qualidade de associado por via de demissão, dissolução ou exclusão deste.

Consta ainda da referida escritura que a criação da Associação foi aprovada pela Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez em sessão realizada no dia 20 de Dezembro de 2006.

É o que cumpre certificar para efeitos deste extracto para publicação legal.

2 de Março de 2007. — O Notário Privativo, *Faustino Gomes Soares*.
2611015170

CLUBE DE CAÇA E PESCA DESPORTIVA DE REBORDELO

Anúncio (extracto) n.º 3066/2007

Certifico que, no dia 20 de Abril de 2007, por escritura exarada a fls. 80 e 80 v.º do livro de notas n.º 76-D do Cartório Notarial de Vinhais, foram alterados os estatutos da associação Clube de Caça e Pesca Desportiva de Rebordelo, com sede no lugar e freguesia de Rebordelo, concelho de Vinhais, pessoa colectiva n.º 502016973, constituída por escritura outorgada neste Cartório Notarial em 6 de Janeiro de 1987, exarada a fls. 6 e seguintes do livro de notas para

escrituras diversas n.º 169-A, e alterado o objecto social que passa a ser o seguinte: «Promover e defender a fauna cinegética e piscatória da região; defender os interesses dos caçadores e pescadores desportivos; colaborar com as entidades e serviços competentes na protecção e repovoamentos das espécies cinegéticas e piscatórias com vista ao equilíbrio ecológico da região; desenvolver actividades recreativas e desportivas ligadas ao tiro de chumbo; criar e gerir zonas de pesca desportivas; gestão e exploração de zonas de caça; contribuir para o fomento dos recursos cinegéticos e para a prática ordenada e melhoria do exercício da caça; zelar pelas normas legais sobre a caça.»

Está conforme com o original.

20 de Abril de 2007. — O Ajudante, *Vítor Augusto Barreira Garcia*.
2611015163

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL

Despacho n.º 9749/2007

Adenda à publicação dos ciclos de estudos

Nos termos do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, a Universidade Internacional publicou no *Diário da República* a adequação dos ciclos de estudos ao modelo de Bolonha, mais concretamente através dos despachos n.ºs 18 082/2006 e 17 999/2006.

Serve o presente para se proceder à revogação do artigo 2.º dos referidos diplomas a qual passará a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

As regras de transição para a nova organização são fixadas em regulamento emitido pelos órgãos estatutariamente competentes.»

9 de Abril de 2007. — O Assessor do Conselho de Administração, *Gonçalo Jorge Marques Justino*.



PARTE L

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Aviso n.º 9538/2007

Abertura de procedimento para provimento de cargo de direcção intermédia de 2.º grau do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Oeiras

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e aplicável à administração local por força do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 20 de Março de 2006, exarado no uso de competências que lhe são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi autorizada a abertura de procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de direcção intermédia de 2.º grau do grupo de pessoal dirigente do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Oeiras, chefe de divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária, nos exactos termos e condições mais bem definidos em aviso a publicitar na bolsa de emprego público no próximo dia 31 de Maio.

10 de Maio de 2007. — Pelo Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.

Aviso n.º 9539/2007

Abertura de procedimento para provimento de cargo de direcção intermédia de 2.º grau do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Oeiras

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e aplicável à administração local por força do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, torna-se público que, por despacho da presidente da Câmara de 29 de Julho de 2004, exarado no uso de competências que lhe são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi autorizada a abertura de procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de direcção intermédia de 2.º grau do grupo de pessoal dirigente do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Oeiras, chefe de divisão de Viaturas e Máquinas, nos exactos termos e condições mais bem definidos em aviso a publicitar na bolsa de emprego público até ao 3.º dia após a publicação deste aviso.

18 de Maio de 2007. — Pelo Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.